

**ATA**

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezasseis, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Vice-Presidente da Câmara, Amadeu Artur Matos Portilha, que presidiu à reunião até à chegada do Presidente da Câmara que, por ter estado presente na inauguração oficial da Biblioteca da Universidade do Minho no Campus de Azurém, presidiu a parte da reunião, estando a sua entrada devidamente assinalada, e os Vereadores – Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. ---- Não compareceu a Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, cuja falta foi considerada justificada. ----- Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. ----- Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----****-----INTERVENÇÕES-----**

**1. Vereador José Torcato Ribeiro – a)** – Recordou uma intervenção que fez na reunião de Câmara de 28 de julho último relativamente a uma situação ocorrida em 2012, que motivou uma atitude de um proprietário em Brito que destruiu uma via que estava a ser construída pela Junta de Freguesia para acesso ao edifício degradado conhecido por carreira de tiro e que foi transformado num espaço cultural renovado, agora designado por Edifício dos Espaços Criativos. Tendo o Tribunal dado razão ao proprietário, perguntou, ao tempo, quais os valores que estão em causa, designadamente quanto se gastou naquela obra. Nessa

sequência, recordou que ficou de lhe ser enviada informação sobre o custo da obra, o que não aconteceu ainda até ao momento; **b)** - Referiu uma intervenção que está a decorrer numa via em Pevidém, denunciando, em particular, o condicionalismo de trânsito e o grande abate de árvores verificado, condições que têm suscitado muitas queixas. Perguntou, assim, se a Câmara Municipal estava a acompanhar a obra e terminou solicitando a consulta do respetivo projeto. -----

**2. Vereador Ricardo Araújo** – Disse que esta semana veio publicada em jornal local uma notícia cujo título referia que “O PS quer desnivelar o Nó de Silvaes no próximo ano.” Acrescentou que esta intervenção estava prevista desde dezembro de 2008, conforme contrato celebrado entre a Câmara Municipal e os promotores privados. Recordou que, em reunião de Câmara de 4 de fevereiro último, o Presidente da Câmara apresentou um documento objetivo e detalhado sobre o processo que envolve o contrato acima referido e aquilo que foram as responsabilidades assumidas por esses promotores privados. De seguida, citou o ponto 8 do referido documento, tendo concluído que o projeto de desnivelamento do nó de silvaes estava já contratualizado desde 2008 não percebendo o que a notícia traz de novo, perguntando, assim, qual era o seu sentido. Finalmente, disse que iria apresentar um requerimento solicitando informação concreta sobre este assunto. -----

**3. Vereador Ricardo Costa** – Entregou aos Vereadores um dossiê contendo um estudo realizado pelo GÁVEA – Laboratório I&D dependente do Departamento de Sistemas de Informação da Universidade do Minho, sobre a presença na Internet das Câmaras Municipais portuguesas, onde a Câmara Municipal de Guimarães ocupa os lugares do pódio no índice de presença na Internet,



estando classificada na 3ª posição da Classe A, equivalente à categoria de 24 “Municípios Grandes”, com uma população superior a 100.000 habitantes. Também ao nível da sua relação eletrónica com os munícipes, a Câmara de Guimarães obteve o 3º lugar no ranking, antecedida por Cascais e Lisboa, que obtiveram a primeira e segunda posição, respetivamente, e precedida pelas Câmaras de Almada e Funchal, na quarta e quinta posição, respetivamente. No ranking geral, onde estão incluídas as restantes duas categorias de autarquias (médias e pequenas), com outro tipo de volume informativo, o estudo refere que Guimarães subiu 142 lugares, passando da 157ª posição em 2012 para o atual 15º posto em 308 municípios. -----

**4. Vice-Presidente da Câmara – a)** - Sobre o estudo realizado pelo GÁVEA, disse que estava muito satisfeito com a posição do Município de Guimarães no ranking, realçando o bom trabalho que está a ser feito ao nível do e-Government. Disse ter recebido informações que colocam a Câmara Municipal de Guimarães numa posição de charneira a nível nacional no investimento da desmaterialização da informação. Disse, ainda, que brevemente será atribuída a Guimarães a Bandeira Eco XXI em reconhecimento das boas práticas de sustentabilidade; **b)** - Sobre o pedido de informação do Vereador José Torcato Ribeiro relativo aos valores de execução da via em Brito, disse que não tinha consigo as informações para esclarecer, em virtude de se tratar de um assunto da área da competência do Presidente da Câmara, a quem transmitirá o assunto; **c)** - Sobre a intervenção do Vereador Ricardo Araújo disse que a Câmara Municipal, por considerar importante resolver o problema, diligenciou no sentido da execução das garantias bancárias prestadas pelos promotores privados no âmbito deste processo para realização da obra. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1.** O Vice-Presidente da Câmara informou que a VIMÁGUA, Empresa Intermunicipal de Abastecimento de Água Aos Concelhos de Guimarães e Vizela, EIM, SA, ofereceu a cada um dos Vereadores do Executivo uma garrafa e um jarro concebidos para promover o consumo da água da rede pública. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

**1.** Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de outubro de 2016, que aprovou a repartição de encargos da empreitada designada por "Reperfilamento do Troço Viário entre a EN 101 e a área central da Vila de Ponte – 1.ª fase", da seguinte forma: Ano de 2016 - €137.375,63 + IVA = €145.618,17; Ano de 2017 - €172.624,38 + IVA = €182.981,84. -----

**2.** Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 20 de outubro de 2016, que adjudicou a "Alberto Couto Alves S.A." a execução da obra de "Reperfilamento do Troço Viário entre a EN 101 e a área central da Vila de Ponte – 1.ª fase", pelo valor de €310.000,01 + IVA, sendo o prazo de execução de 120 dias. -----

**3.** Do relatório do Auditor Externo sobre informação financeira do Município de Guimarães do período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**4.** Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 12 de outubro de 2016, que concordou com a aquisição, aos herdeiros de Porfírio de Freitas Mendes, de uma parcela de terreno com a área de 120 m2, sita na União de Freguesias de Candoso Santiago e Mascotelos, pelo valor €5.438,40, destinada a arruamento da designada Alameda dos Desportos. -----

**5.** Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 20 de



outubro de 2016, que concordou com a aquisição, a “Caldelasimo – Sociedade Imobiliária, Lda.”, de uma parcela de terreno com a área de 21.846,00 m<sup>2</sup>, situada no Lugar da Bouça, da União das Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente, pelo valor de €207.537,00, destinada à ampliação do Parque de Lazer de Sande Vila Nova. -----

**6.** Do ofício da VIMÁGUA - Empresa Intermunicipal de Abastecimento de Água Aos Concelhos de Guimarães e Vizela, EIM, SA, remetendo, para conhecimento e em cumprimento das disposições dos seus Estatutos e da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, o Relatório e Contas do primeiro semestre de 2016, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 14 de outubro de 2016. -----

#### -----DELIBERAÇÕES-----

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2016.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador José Bastos não participou na votação da ata por não ter estado presente na reunião.** -----

#### **OBRAS PÚBLICAS – PARQUE DE ESTACIONAMENTO DE CAMÕES – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO –**

Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Parque de Estacionamento de Camões, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá

exceder €5.530.965,53 + IVA, a satisfazer pela dotação do Plano Plurianual de Investimentos de 2017. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público internacional com anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €5.530.965,53 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 365 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Luís Filipe Vieira Teixeira – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Gilberto Fortunato Costa Fernandes – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas; b) Vogal: José Miguel Fernandes – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora Técnica do Departamento de Obras Municipais.” O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima e Ricardo Araújo. -----



**O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de ter participado na elaboração do projeto da obra. -----**

**OBRAS PÚBLICAS – BENEFICIAÇÃO DE ARRUAMENTOS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRITEIROS S. SALVADOR E BRITEIROS SANTA LEOCÁDIA – ERROS E OMISSÕES – RATIFICAÇÃO**

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 14 de outubro de 2016, que aprovou a lista de erros e omissões da empreitada designada por “Beneficiação de Arruamentos na União de Freguesias de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia”, de acordo com informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**FREGUESIAS - FREGUESIA DE NESPEREIRA – CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE SUPORTE DE TERRAS, PASSEIO E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA NOVA DE MARTIM**

– Presente a seguinte proposta: “Tendo a Junta de Freguesia manifestado preocupação relativamente à estabilidade do talude de suporte da rua Nova de Martim, após uma avaliação técnica concluiu-se ser necessária a execução de um muro de suporte de terras, com passeio e drenagem de águas pluviais, no referido arruamento, em Nespereira, tendo a Junta de Freguesia de Nespereira apresentado o respetivo orçamento no valor total €56.333,50, acrescido de IVA à taxa Legal em vigor. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais procedeu a análise e a validação do orçamento apresentado. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia

Municipal a atribuição à Freguesia de Nespereira, de uma verba no valor de €59.713,51, destinada à construção de um muro de suporte de terras, passeio e drenagem de águas pluviais, na rua Nova de Martim, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS - FREGUESIA DE RONFE – PAVIMENTAÇÃO DA RUA 1º DE MAIO, RUA CHEFE MARTINS, RUA DA CRUZ, RUA DOM AFONSO HENRIQUES, RUA DE MESÃO FRIO E RUA Dr.ª**

**ÁLIA PIMENTEL** – Presente a seguinte proposta: “Pretende-se executar trabalhos de pavimentação na rua 1.º de Maio, rua Chefe Martins, rua da Cruz, rua Dom Afonso Henriques, rua de Mesão Frio e rua Dra. Ália Pimentel, tendo a Junta de Freguesia de Ronfe apresentado os respetivos orçamentos no valor total de €154.537,08, acrescido de IVA à taxa Legal em vigor. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais procedeu a análise e a validação dos orçamentos apresentados, estimando uma despesa no valor total de €154.537,08, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal a atribuição à Freguesia de Ronfe, de uma verba no valor de 163.809,30€, destinada à pavimentação da rua 1º de Maio, rua Chefe Martins, rua da Cruz, rua Dom Afonso Henriques, rua de Mesão Frio e rua Dra. Ália Pimentel, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da





Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS - APOIO À FREGUESIA DE S. TORCATO – CONSTRUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM DAS ÁGUAS PLUVIAIS, NA RUA DE SOUTO** – Presente a seguinte proposta:

“A Freguesia de S. Torcato pretende executar trabalhos de drenagem das águas pluviais na rua de Souto, tendo solicitado o apoio da Câmara Municipal na comparticipação da despesa, nomeadamente a referente à aquisição dos materiais necessários, sendo que a mão-de-obra e o equipamento serão da responsabilidade da freguesia. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor de €416,08 (IVA incluído), correspondente aos materiais a adquirir, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal o apoio à Freguesia de S. Torcato, através da despesa a efetuar pela Divisão de Administração Direta, cujo montante total importa em €416,08, correspondente ao valor da despesa estimada com a aquisição dos materiais necessários, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.”

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**REGULAMENTOS – ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, À**

**TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E À TABELA DE TAXAS E ENCARGOS NAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS – ANO DE 2017** - Presente uma informação da Chefe da Divisão Jurídica respeitante às alterações ao Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais, à Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais e à Tabela de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. -----

**PATRIMÓNIO - PROCEDIMENTO PARA ARRENDAMENTO COMERCIAL DE DOIS ESPAÇOS COMERCIAIS – A2 e A3 – PLATAFORMA DAS ARTES – ATELIÊS EMERGENTES – 40/62-D/95 – HASTA PÚBLICA 4/2016** – Presente a seguinte informação: “O Município de Guimarães é o proprietário dos equipamentos culturais sitos na denominada Plataforma das Artes e da Criatividade – PAC, equipamento cultural de importância relevante, cujo objetivo se prende com o desenvolvimento e consolidação da estratégia municipal de intervenção cultural, designadamente da continuidade da afirmação de Guimarães como cidade europeia de referência cultural após ter sido Capital Europeia da Cultura em 2012. Mediante procedimento, iniciado em março último, para o arrendamento comercial das lojas A2, A3 e A4, dos Ateliês Emergentes, da PAC, e de acordo com ato público de 30 de maio, apenas foi adjudicada a loja A4 à Get Green, Mobilidade Elétrica, Lda., não tendo sido apresentadas mais



propostas para as restantes lojas. Considerando que: Permanecem vagas as lojas A2 e A3, dos Ateliês Emergentes, da PAC; A PAC é um projeto infraestrutural de transformação do antigo Mercado de Guimarães num espaço multifuncional, dedicado à atividade artística, cultural e económico-social alojando um conjunto de valências de que se destacam o Centro Internacional das Artes José de Guimarães, uma área de exposições temporárias, espaços polivalentes destinados a atividades complementares, apresentações e pequenos espetáculos e os Ateliês Emergentes de Apoio à Criatividade, espaços de trabalho vocacionados para jovens criadores que, em diversas áreas de atividade, pretendam desenvolver projetos de carácter temporário; Em face do enquadramento cultural dos Ateliês Emergentes, torna-se imprescindível dar uma utilização àqueles espaços, de modo que constituam um polo de atração e dinamização da própria PAC; A utilização daqueles espaços constitui uma forma de otimizar a satisfação do interesse público, colocado a cargo do Município, através do uso de competências legalmente atribuídas; Nos termos da alínea g), do n.º 33, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é competência da Câmara Municipal a oneração de bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG; Assim, propõe-se a abertura de um procedimento, por prévia qualificação, para arrendamento comercial de dois espaços comerciais, identificados por A2 e A3, sitos no edifício da Plataforma das Artes e da Criatividade – Ateliês Emergentes, destinando-se a comércio, devendo ser compatível com as características do espaço envolvente onde se insere a PAC. Aqueles espaços comerciais, alvo de arrendamento, devem privilegiar um uso diferenciador e de valor acrescentado, devendo enquadrar-se em pelo menos uma das seguintes situações: **a)** Oferecer produtos de design ou criação

própria “de autor”; **b)** Demonstração de caráter inovador em técnicas/produtos tradicionais; **c)** Proporcionar dinâmica e sinergias com o Centro Internacional das Artes José de Guimarães (CIAJG) e com os Laboratórios Criativos (incubadora criativa). O procedimento de arrendamento será efetuado em regime de hasta pública, e será composto por duas fases: a primeira fase implica a prévia qualificação mediante as candidaturas a apresentar pelos demais interessados, para posterior análise por uma comissão de acompanhamento, a definir posteriormente, de acordo com o regulamento que se anexa, e a segunda fase resulta na apresentação das propostas, por parte dos candidatos qualificados, com vista à adjudicação pelo valor proposto mais elevado. Desta forma, o procedimento respeita os princípios que orientam a atividade administrativa, dando cumprimento aos princípios da legalidade, concorrência, transparência, publicidade, igualdade e imparcialidade, preservando-se a harmonia e a coerência do sistema. Informa-se que os valores base de licitação para a hasta pública basearam-se nos valores de arrendamento aplicados aos espaços atualmente ocupados nos Ateliês Emergentes, cujas dimensões são semelhantes. Desta forma, deixamos à consideração superior a decisão de submeter a deliberação de Câmara, a aprovação do procedimento para arrendamento comercial de dois espaços comerciais – identificados por A2 e A3 – sitos no edifício da Plataforma das Artes e da Criatividade – Ateliês Emergentes, nos termos do regulamento em anexo. À consideração superior.” O regulamento da hasta pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DOAÇÕES - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO AO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE GUIMARÃES – PROCESSO**



**40/15/2002** – Presente a seguinte informação: “O Estabelecimento Prisional de Guimarães, através de e-mail datado de 14/09/2016, vem solicitar a cedência de telefones fixos internos, uma vez que os existentes naquela instituição se encontram bastante envelhecidos e desgastados provocando grandes dificuldades nas comunicações daquele estabelecimento prisional. Em deslocação ao armazém da Divisão de Património Municipal, constatou-se a existência de 10 telefones fixos que já não são utilizados pelos serviços municipais e que poderão ser disponibilizados. Desta forma submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação, àquela instituição do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o) do artigo 33º da Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de **€40,00**. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
10 Telefones Alcatel	€ 4,00	€ 40,00
Total		€ 40,00

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – VIMÁGUA – EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, E.I.M., S.A.**

**– TARIFÁRIO 2017** - Propõe-se, para aprovação, o Tarifário da VIMÁGUA 2017, aprovada em reunião do Conselho de Administração e da Assembleia Geral da VIMÁGUA em reuniões, respetivamente, de 14 e 18 de outubro de 2016, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Votaram contra os

Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo Araújo e José Torcato Ribeiro. -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto** pela voz do Vereador André Coelho Lima: "O grupo de Vereadores do PSD e CDS/PP vota contra essencialmente pela manutenção das razões de voto contra nos anos precedentes que não se expõem aqui todas por desnecessidade mas, em todo o caso, se assinalam as seguintes: a circunstância de se manter a não discriminação de unidades industriais face ao consumidor comum; a circunstância de se manter a não discriminação de instituições particulares de solidariedade social; a circunstância de se continuar a não cumprir a recomendação da ERSAR de que as ligações à rede de água e saneamento sejam tendencialmente gratuitas num período de 5 anos que continua a não ser cumprida pela Vimágua; e, por último, a circunstância dos preços, quer de ligações quer de consumos, continuarem a ser os mais caros da região." -----

**TRÂNSITO - ALTERAÇÕES DE TRÂNSITO DECORRENTES DA EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DAS HORTAS E ÁREA ENVOLVENTE", UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLIVEIRA, SÃO PAIO E SÃO SEBASTIÃO, E FREGUESIA DA**

**COSTA** – Presente a seguinte proposta: "Em reunião de Câmara de 8 de setembro de 2016 foi aprovada uma proposta de alteração de trânsito, decorrente da empreitada de "Requalificação do Parque das Hortas e área envolvente", União das Freguesias de Oliveira, São Paio e São Sebastião, e freguesia da Costa. Posteriormente, em reunião de 3 de outubro de 2016, a proposta foi aprovada em Assembleia Municipal. Neste hiato temporal, foram encetadas as ações inerentes à sua implementação, período em que foi igualmente restabelecida a circulação em todos os arruamentos



intervencionados no âmbito da empreitada de “Requalificação do Parque das Hortas e área envolvente”. Considerando que com a reposição da circulação em todos os arruamentos, acrescida da utilização das novas vias, com os sentidos de trânsito utilizados durante a última fase de obra, não se verificam constrangimentos ao tráfego, será de suspender a implementação da postura supra referida na parte que respeita às ruas Dr. Ricardo Marques e D. Domingos Gonçalves e ao Largo de S. Gualter, por forma a equacionar a sua pertinência ou, eventual, alteração ou revogação.” **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “É com enorme surpresa que recebemos esta proposta que, se bem a entendemos, altera substancialmente a decisão de alteração de trânsito decorrente da “*Requalificação do Parque das Hortas e área envolvente*”, que nos foi proposta há apenas seis semanas, mais concretamente no dia 8 de Setembro e aprovada na Assembleia Municipal no passado dia 3 deste mês de Outubro, e que nos leva a pensar, e a não perceber, qual é afinal a posição da Câmara. Se é aquela de 8 de Setembro que foi apresentada com o propósito de ser uma nova postura de trânsito, uma nova e ponderada decisão em função das obras do Parque das Hortas. Ou se é esta que agora apresenta, que não diz ser uma posição, mas apenas uma manutenção do trânsito que tem vigorado provisoriamente durante o período dedicado às obras, o que, convenhamos, é coisa difícil de compreender. É que se esta for a última posição da Câmara – como decorre da mera sequência

cronológica – significa que a manutenção da solução provisória, vale mais do que a solução supostamente ponderada e apresentada pela Câmara para ser definitiva. Ora, o que é claro desde início, é a posição dos vereadores da coligação Juntos por Guimarães. Opusemo-nos frontalmente votando contra a solução que a Câmara nos propôs por a considerarmos insensata e imponderada e não ser a que melhor proporciona uma boa relação viária entre essa a zona nascente da cidade e o largo República do Brasil, nomeadamente ao não optar pelo trânsito no sentido Nascente / Poente em toda extensão da nova via criada na zona das Hortas e condicionar tudo o resto a essa solução. Portanto, chegados aqui, é clara a nossa posição de vereadores sem pelouro, parecendo pouco clara a posição dos vereadores com responsabilidade no exercício de funções. Com objetivo dessa clarificação entendemos deverem ser formuladas duas simples questões: **Primeira pergunta:** A posição que entendem dever vigorar, em definitivo, é a que nos propuseram em 8 de Setembro como definitiva, e à qual nos opusemos, ou é esta que agora se diz pretender manter, até ver, e que era uma solução provisória? **Segunda pergunta:** O que agora propõem implica que tenham de ser alteradas novamente algumas intervenções já efetuadas no espaço público como a colocação de semáforos e a consequente intervenção de destruição de passeios? E para terminar uma **nota final** para sugerir que fosse aproveitada esta oportunidade para alterar o local definido para o estacionamento dos autocarros, em frente às lojas no Largo da República do Brasil, para um local mais apropriado, de modo a não prejudicar a visibilidade das lojas, aspeto tão prejudicial para os comerciantes.” -----

**PROTEÇÃO CIVIL – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CALDAS DAS TAIPAS –**





**APOIO EXTRAORDINÁRIO** – Presente a seguinte proposta: “De acordo com a Lei nº 27/2006 (Lei de bases da Proteção Civil) e a Lei nº 65/2007 (Enquadramento da Proteção Civil no âmbito Municipal), define, nos seus objetivos e domínios de atuação, designadamente de riscos e ocorrências de catástrofes, a análise permanente de vulnerabilidades Municipais e planeamento de solução de emergência. No âmbito da aplicação do preceituado, presente a emergência provocada pela dimensão e localização com riscos para a população, dos incêndios que deflagraram na Penha e em Vermil, no passado dia 25 de julho, foram os serviços de proteção civil ativados. Decorrente da mobilização dos bombeiros e demais agentes, com vista ao combate e extinção do mesmo, foi necessário recorrer ao apoio da cooperação de bombeiros do Distrito de Vila Real, nomeadamente de veículos e meios humanos, com a consequente responsabilidade de pagamento das despesas de alimentação, conforme nos é solicitado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários das Caldas das Taipas - Ofício Nº124/2016, registado com o NIPG 50900/16. Neste sentido, propõe-se a atribuição de um apoio, na forma de subsídio, no valor de 511,00 (quinhentos e onze euros), à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caldas das Taipas, colocando à consideração do executivo camarário.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ATIVIDADES ECONÓMICAS – FARMÁCIAS - ESCALAS DE TURNOS DE SERVIÇO PERMANENTE PARA 2017 - PARECER DA CÂMARA MUNICIPAL** - Presente uma comunicação da Administração Regional de Saúde do Norte – Sub-Região de Saúde de Braga enviando, para aprovação, os mapas do regime de turnos das Farmácias de serviço permanente proposto pela Associação Nacional de Farmácias, para vigorar no ano de 2017 no concelho

de Guimarães, nos termos do nº 2, do art.º 3º da Portaria nº 277/2012, de 12 de setembro, que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – ESCOLA EB1 PAÇO/DONIM – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A Escola EB1/JI Paço/Donim, solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos desta escola, nos dias 16 de Novembro e 14 de Dezembro, entre Donim, Briteiros e centro da cidade de Guimarães. Considerando que, estas visitas de estudo, se enquadram no plano anual de atividades do ano letivo corrente e, para ser desenvolvido na sua íntegra, necessita de um autocarro para transporte dos alunos aos locais de interesse pedagógico e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 7 de outubro de 2016, foi proposto deferir o pedido, sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios. Neste sentido, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – FÓRUM COMEMORATIVO DOS 20 ANOS DA REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara que disponibilizou o transporte de uma comitiva composta por diretores dos estabelecimentos de ensino do nosso concelho, no passado dia 14 de Outubro, a Lisboa, no âmbito das comemorações dos 20 anos da Rede de Bibliotecas Escolares.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIRGÍNIA MOURA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente, para ratificação, o



despacho do Presidente da Câmara que disponibilizou, ao Agrupamento de Escolas Virgínia Moura, o autocarro para efetuar o transporte dos alunos daquela escola, no passado dia 20 de Outubro, entre Moreira de Cónegos e o centro da cidade de Guimarães. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - ESCOLA SECUNDÁRIA FRANCISCO DE HOLANDA**

**- OFERTA DE BANDEIRA** – Presente a seguinte proposta: “Vem a Escola Secundária Francisco de Holanda solicitar a cedência de uma bandeira do Município destinada ser hasteada nos mastros exteriores localizados junto à entrada do respetivo recinto. Informa-se que existem nos Serviços bandeiras do Município disponíveis para este efeito, cujo custo atual se estima em €88,00 cada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta conformidade, proponho a oferta de uma bandeira do Município à Escola Secundária Francisco de Holanda. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDONA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTE ADAPTADO PARA UMA PESSOA CARENCIADA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA** – Presente a seguinte

informação: “A Câmara Municipal tem deliberado anualmente um apoio convertido em prestação de serviços de transporte a pessoas portadoras de deficiência, provenientes de agregados familiares economicamente desfavorecidos, residentes no Concelho de Guimarães, de modo a poderem deslocar-se para diversas instituições dentro e fora do concelho. Neste contexto, foi apresentada uma candidatura nesta Divisão, para apoio de uma munícipe portadora de deficiência, alegando a situação de precariedade económica do agregado familiar, facto que ficou comprovado após termos realizado o respetivo estudo

socioeconómico, cujo resultado a seguir se apresenta: -----

Nº Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. (€) P/Capita	Grau de Incapacidade
227078845/16	Polvoreira	35	Feminino	€161,33	95%

Considerando que o Decreto-Lei nº 176/2012 de 2 de agosto não prevê a continuação da resposta a estas situações, e podendo ser concedido um apoio financeiro ao abrigo da alínea v) do nº 1 do artigo 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que confere atribuição às autarquias para participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade nas condições constantes de regulamento municipal propõe-se, ao abrigo do art.º 30 do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, a concessão de um apoio à requerente, através da disponibilização de um serviço de transporte adaptado, cujo valor se estima em €1.370,88 (mil trezentos e setenta euros e oitenta e oito cêntimos), para que se possa deslocar da sua casa para o Centro Integrado de Apoio à Deficiência (Misericórdia do Porto), de novembro a dezembro de 2016 e de janeiro a dezembro de 2017.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTE ADAPTADO PARA UMA PESSOA CARENCIADA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA** – Presente a seguinte informação: “A Câmara Municipal tem deliberado anualmente um apoio convertido em prestação de serviços de transporte a pessoas portadoras de deficiência, provenientes de agregados familiares economicamente desfavorecidos, residentes no Concelho de Guimarães, de modo a poderem deslocar-se para diversas instituições dentro e fora do concelho. Neste contexto, foi apresentada uma candidatura nesta Divisão, para apoio de uma munícipe portadora de deficiência,



alegando a situação de precariedade económica do agregado familiar, facto que ficou comprovado após termos realizado o respetivo estudo socioeconómico, cujo resultado a seguir se apresenta: -----

Nº Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. (€) P/Capita	Grau de Incapacidade
232814449/16	Longos	33	Feminino	€265,93	Trissomia 21

Considerando que o Decreto-Lei nº 176/2012 de 2 de agosto não prevê a continuação da resposta a estas situações, e podendo ser concedido um apoio financeiro ao abrigo da alínea v) do nº 1 do artigo 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que confere atribuição às autarquias para participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade nas condições constantes de regulamento municipal propõe-se, ao abrigo do art.º 30 do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, a concessão de um apoio à requerente, através da disponibilização de um serviço de transporte adaptado, cujo valor se estima em €625,30 (seiscentos e vinte e cinco euros e trinta centavos), para que se possa deslocar da sua casa para o Centro de Reabilitação da APPACDM, situado em Lomar, Braga, de novembro a dezembro de 2016 e de janeiro a dezembro de 2017.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - APOIOS À HABITAÇÃO AO ABRIGO DA ALÍNEA E) DO ARTIGO 2º DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS** – Presente a seguinte informação:

“A presente proposta refere-se ao apoio na comparticipação de obras para melhoria das condições de habitabilidade de uma munícipe, designadamente o telhado, que se encontra em muito

mau estado, bem como a instalação elétrica. Após análise do processo de candidatura a este apoio, e consequente estudo socioeconómico efetuado pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida os dados da caracterização socioeconómica, bem como o valor da comparticipação a atribuir para as obras de melhoria das condições de habitabilidade requeridas: -----

Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. (€) P/Capita	Nº Elem. Agregado	Situação p/ emprego	Comparticipação	Valor a Apoiar (€)
147454999/16	Creixomil	F	87	€184,52	1	Reformada	97,1%	6.568,81

Tendo sido comprovada a precariedade económica do agregado familiar bem como as restantes condições previstas no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, que se enquadra no consignado no artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, submete-se para aprovação a atribuição de um subsídio, à requerente, no valor de €6.568,81 (seis mil quinhentos e sessenta e oito euros e oitenta e um cêntimos) ao abrigo da alínea e) do art.º 2.º do referido Regulamento.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

**AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – SETEMBRO DE 2016** - Presente a seguinte informação da Chefe

da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 23 de dezembro de 2014 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido



mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

**AÇÃO SOCIAL – CENTRO SOCIAL DE S. PEDRO DE AZURÉM – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte proposta: “No seguimento da candidatura apresentada à Câmara Municipal pelo Centro Social de S. Pedro de Azurém, no dia 22 de agosto de 2016, para apoio à execução de obras de remodelação e ampliação deste Centro, apresenta-se para aprovação a proposta de atribuição de um subsídio ao abrigo do n.º 6º do artigo 9.º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (n.º 607/2010 de 15 de Julho), no valor de 100.000,00 euros (cem mil euros). Esta instituição iniciou a sua atividade em 1972 e tem como objetivo a prestação de cuidados a crianças e jovens, nas valências de berçário, creche, pré-escolar e ATL, num total de 88 crianças e jovens. Considerando algumas exigências legislativas e também da Segurança Social, e assumida a necessidade crescente de responder com qualidade às necessidades desta população, tornou-se imperativo o início de um processo de remodelação e ampliação das instalações deste Centro, sob pena de este ter que encerrar. Estes procedimentos implicaram a necessidade de encontrar um espaço alternativo para estas crianças e jovens, estando as atividades a decorrer na cripta da Igreja Matriz desta Paróquia, situação que se pretende que seja temporária, devendo ser restabelecido o normal funcionamento com a maior brevidade. A direção do Centro Social de S. Pedro de Azurém tem mobilizado todos os esforços para fazer face às despesas inerentes a estas obras, através da realização de peditórios, festas e outras atividades, mas tem constatado que estas formas de financiamento não permitem a conclusão dos trabalhos nos tempos previstos, pelo que é muito pertinente apoiar este projeto, que se manifesta

de relevante interesse público. O Centro Social de S. Pedro de Azurém apresenta os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento supramencionado, e em reconhecimento do interesse deste serviço para a comunidade, propõe-se a atribuição do subsídio acima referido.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SANTA EUFÉMIA DE PRAZINS – EDIFÍCIO DESTINADO A EQUIPAMENTO SOCIAL, CULTURAL, RECREATIVO E PASTORAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte

proposta: “A Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Eufémia de Prazins vem, na qualidade de promotor do processo de obras do prédio localizado na Rua da Igreja, na freguesia de Prazins Sta. Eufémia, solicitar que lhe seja atribuído um subsídio no valor das taxas que foram pagas pela emissão do aditamento nº 1/2016 – aditamento ao alvará de loteamento n.º 36/82, no âmbito do processo de obras n.º 80/2015, no valor total de €3.941,33. Consultado o processo de obras supra referido verificou-se que o processo é titulado pela aqui requerente e destinava-se a licenciar as obras de construção de um edifício destinado a equipamento social, cultural, recreativo e pastoral. Reconhecendo-se que estes equipamentos se destinam a ser utilizados pela comunidade em geral e reconhecendo-se, também, a comprovada relevância da Instituição e do seu trabalho, bem como do seu contributo para a população da freguesia de Prazins Sta. Eufémia, entende-se que esta iniciativa deve ser apoiada. Propõe-se, assim, ao abrigo da al. u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que seja submetida à aprovação da Câmara Municipal a atribuição de um subsídio à Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Eufémia de Prazins, no valor de €3.941,33, para comparticipar nos





custos que aquela entidade teve com o pagamento das taxas supra referidas.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA - FESTAS NICOLINAS 2016 – APOIOS A CONCEDER**

– Presente a seguinte proposta: “Na sequência do pedido formulado pela Comissão de Festas Nicolinas 2016, proponho, ao abrigo do nº 6 do art.º. 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição dos seguintes apoios financeiros e logísticos, considerados essenciais à realização da próxima edição das Festas Nicolinas, como habitualmente de 29 de Novembro a 7 de Dezembro. Apoios financeiros: Pagamento do subsídio no montante de €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), já deliberado em reunião de 19 de fevereiro de 2016, e destinado a despesas globais incluindo a impressão do programa e pregões, a ser pago à Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães – Velhos Nicolinos; Outros apoios: Atribuição do Prémio Câmara Municipal de Guimarães, composto por um conjunto obras didáticas a atribuir à Escola donde provenham os autores do melhor carro do cortejo das Maçãzinhas, de acordo com proposta aprovada pela Câmara em 2001; Cedência de escavadora e ferramentas para o enterro do Pinheiro; Cedência de viaturas para o cortejo das Maçãzinhas, em horário a combinar com os serviços e de acordo com as respetivas disponibilidades; Condicionamento de trânsito e estacionamento no percurso dos cortejos das Maçãzinhas e do Pinheiro; Autorização para realização dos cortejos das Maçãzinhas e do Pinheiro; Oferta de camélias, se disponíveis no Horto Municipal, para decorar as capas e as janelas durante o cortejo das Maçãzinhas.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA - SOCIEDADE MUSICAL DE PEVIDÉM – OFERTA DE**

**BANDEIRA** – Presente a seguinte proposta: “Vem a Sociedade Musical de Pevidém solicitar a cedência de uma bandeira do

Município destinada à Academia de Música Comendador Albano Coelho Lima. Informa-se que existem nos Serviços bandeiras do Município disponíveis para este efeito, cujo custo atual se estima em €88,00 cada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta conformidade, proponho a oferta de uma bandeira do Município à Sociedade Musical de Pevidém.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA – DELEGAÇÃO DE GUIMARÃES DA ORDEM DOS ADVOGADOS - OFERTA DE BANDEIRA** – Presente a seguinte proposta: “Vem a Delegação de Guimarães da Ordem dos Advogados solicitar a cedência de uma bandeira do Município destinada à sua sede. Informa-se que existem nos Serviços bandeiras do Município disponíveis para este efeito, cujo custo atual se estima em €88,00 cada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta conformidade, proponho a oferta de uma bandeira do Município à Delegação de Guimarães da Ordem dos Advogados.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA - ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE RONFE - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte proposta: “A Associação de Agricultores de Ronfe promove ao longo do corrente ano um conjunto de atividades de animação sociocultural, entre as quais se destacam a Desfolhada, a Feira do Gado e a Corrida de Cavalos. Trata-se de iniciativas que se revestem de interesse público, na medida em que concorrem para a vivificação e divulgação de tradições características dos meios rurais que, de outro modo, cairiam em desuso. Em face das dificuldades manifestadas pela Associação em continuar a custear isoladamente a sua realização, e em razão do citado interesse público, proponho, ao abrigo do nº 6 do art.º 2º do Regulamento de Atribuição de Subsídios a Entidades Culturais, Artísticas, Recreativas e



Humanitárias a atribuição, a título excecional, à Associação de Agricultores de Ronfe, de um subsídio de €300,00, destinado a compartilhar nos custos de realização das atividades citadas.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DIVERSOS - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) –**

**ANO DE 2016** – Presente a seguinte proposta: “Nos termos do disposto no nº 14 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro, a Câmara Municipal tem de comunicar à Direcção-Geral dos Impostos, até 30 de Novembro, a deliberação da Assembleia Municipal que fixou as novas taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis. Considerando as dificuldades que as famílias vão continuar a enfrentar em 2017, e pese embora o risco controlado para a sustentabilidade do orçamento municipal associado a esta medida, proponho, nos termos do art.º 112º do CIMI: Que seja fixada a seguinte taxa para liquidação daquele imposto: Prédios urbanos = 0,35 %. Esta proposta representa uma redução de 22% face ao máximo permitido por lei (0,45%), ficando as taxas propostas próximas do limite inferior (0,30%). Aplicar as seguintes majoração e minoração à taxa agora proposta, da seguinte forma: Majoração em 30% da taxa a aplicar a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os edifícios que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a respetiva função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens (nº 8 do art.º 112º). Redução da taxa a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o

respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela,  
(artº112ºA): -----

Número de dependentes	Dedução fixa (em €)
2	40
3 ou mais	70

**DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Pela elevada importância de que se reveste o imposto Municipal sobre Imóveis, não só no que diz respeito ao orçamento municipal onde significa cerca de 20% do total de receitas mas sobretudo pela importância e significado que tem para os munícipes é já a oitava vez que tenho oportunidade de intervir acerca desta matéria. Na verdade, ao longo dos três anos de vereação tenho vindo realçar a forma exuberante como sua receita tem subido ao longo dos últimos cinco anos e salientado aspetos que me parecem relevantes a ter em conta tais como o facto de ser Guimarães, no conjunto de municípios aqui nossos vizinhos, nomeadamente os do chamado "Quadrilátero Urbano" aquele que mais altas taxas pratica, assim como constituir o município com mais elevado valor de IMI cobrado por habitante. A proposta agora presente, de baixar a taxa de IMI de 0,375 % para 0,35% do Valor patrimonial tributário, vindo embora ao encontro daquilo que sempre sugerimos ao longo destes últimos anos, fica no entanto, a nosso ver, aquém daquilo que nos parece ser possível e pouco consonante com as mesmas taxas praticadas pelos nossos vizinhos diretamente em competência connosco. Colocado este necessário



enquadramento àquilo que tem sido a nossa posição nesta matéria gostaria de colocar as seguintes questões: 1. Sendo certo que é proposta uma redução da taxa do IMI de 0,375 % para 0,35% a verdade é que, curiosamente, o valor global da receita do mesmo IMI aumenta de 19.138.800€ previstos para este ano de 2016 para 19.462.250€ previstos agora em orçamento para 2017; 2. Segundo aspeto que parece algo lamentável e que tal como já augurávamos e havíamos mesmo referido na última intervenção sobre este tema, corrige-se agora a taxa do IMI em ano eleitoral o que permite concluir que não se trata propriamente de uma atenção para com os contribuintes mas antes sim a concretização de uma estratégia eleitoral do Partido Socialista; 3. Pergunta-se o que há de diferente, neste próximo ano de 2017, que possibilita a descida da taxa do IMI, que não havia nos anos anteriores para ter podido efetuar esta mesma descida de taxa. Por se tratar de uma proposta que vem parcialmente ao encontro de uma nossa sugestão de longa data não poderemos votar contra mas, por outro lado, ficando aquém do valor possível e desejável iremos optar pela abstenção.” -----

**DIVERSOS - DERRAMA SOBRE A COLETA DE 2016 (A COBRAR EM 2017)** – Presente a seguinte proposta: “Nos termos do disposto no nº 1 e 10 do art.º 18º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, proponho que a Câmara Municipal aprove e submeta à aprovação da Assembleia Municipal o lançamento de uma derrama para o ano de 2016 a cobrar em 2017 para financiar investimentos, nomeadamente, na regeneração económica do concelho: a) – De 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre os rendimentos de pessoas coletivas (IRC), dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a €150.000; b) – De 1 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de

imposto sobre os rendimentos de pessoas coletivas (IRC), dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse €150.000.” **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores do PSD-CDS propõem desde início deste mandato a aplicação de uma **Derrama transversal de 1,20%**, porque competitiva face ao que é praticado nos municípios vizinhos. Na esteira aliás do que vinha sendo proposto no mandato anterior pelos vereadores do PSD, quanto a este imposto municipal. Para o próximo exercício, propõe-nos a Câmara a manutenção da taxa da Derrama máxima para as empresas cujo volume de negócios ultrapasse os €150.000,00 isto é, **1,5%**, e uma taxa reduzida de **1%** para as empresas cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse esses mesmos €150.000,00. Ora, o que se nos apresenta é a manutenção das taxas de Derrama aplicáveis no mandato anterior. Ou seja, apesar das expectativas que foram criadas nos cidadãos, apesar da retórica nos termos da qual se voltaria a política para a competitividade das nossas empresas, a verdade é que aquilo com que nos deparamos é com uma total ausência de novidades neste novo executivo socialista. Que se limita a manter as taxas existentes no executivo que lhe antecede. Em nossa opinião, a taxa aplicável à Derrama deve atender, essencialmente, ao conceito de competitividade entre municípios vizinhos, pois que nos preocupa a perda de competitividade do concelho de Guimarães face a outros municípios, por aplicação de uma Derrama superior a concelhos



que apresentam uma estrutura empresarial e industrial em tudo idêntica à de Guimarães, transformando Guimarães num município fiscalmente menos atraente. Esta circunstância da competitividade fiscal se comparada com territórios de proximidade geográfica e com municípios de configuração socioeconómica idêntica à nossa, é o principal fator a ponderar na aplicação destas taxas. Ao manter as taxas aplicadas no ano e mandato anteriores demonstra a Câmara abdicar de utilizar este imposto municipal com uma dimensão política e de competitividade ao nosso território. Aliás, refira-se mesmo que a taxa por nós proposta é uma taxa média face às duas propostas praticar pelo atual executivo socialista, pelo que não se trata aqui de propor uma descida deste imposto municipal, mas sim de o aplicar com uma filosofia totalmente diversa. Diga-se mesmo que consideramos a medida de aplicação de uma taxa mais reduzida (1%) às empresas cujo volume de negócio não ultrapasse os €150.000,00 uma medida de reduzido nexu na perspetiva, que sempre defendemos, da promoção do emprego, pois que as empresas de maior volume de negócios são necessariamente as mais capazes de nos ajudar no objetivo de combate ao desemprego. Ao se penalizar as empresas que têm maior potencialidade de criação de emprego, está-se a dar um sinal em sentido completamente contrário àquilo que necessita a nossa sociedade ao nível da intervenção dos seus representantes políticos. Pelos motivos expostos, os vereadores PSD-CDS votam **contra.**" -----

**DIVERSOS - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO DE 2017** – Presente a seguinte proposta: "Considerando o disposto no nº 1 do artigo 26º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, proponho que seja fixada a taxa de 5% como participação do

Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial.” **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “No que respeita à participação variável em sede de IRS (flexibilidade concedida às Câmaras de definirem a taxa até 5%), a lei, ao atribuir às Câmaras Municipais a possibilidade de definirem a taxa até 5%, isto é, ao lhes conferir a possibilidade de fazerem os seus concidadãos pagar até menos 5% de IRS do que os habitantes de outros concelhos, deu um instrumento de política fiscal para poder ser utilizado pelos governantes municipais para atração de população ou para evitar a sua fuga, e ainda de estímulo ao aumento do poder de compra no território concelhio. Naturalmente que uma redução desta taxa implica a consequente e proporcional perda de receitas do município, pelo que a opção que há a fazer é até extremamente simples. Os dados demográficos recentes demonstraram o concelho de Guimarães a perder população, em contraciclo com os seus vizinhos mais próximos que aumentaram em população e de um modo substancial. Naquela que sempre foi a opinião manifestada pela Coligação Juntos por Guimarães e pelos partidos que a compõem, o objetivo da fixação de residentes e de atração de quadros e pessoal qualificado em geral, é um objetivo que deve ser elevado à categoria de prioritário. Guimarães deve criar condições de atratividade suplementares por forma a incentivar a fixação de quadros no nosso concelho. Foi isto que foi repetido à exaustão na candidatura que antecedeu o presente





mandato, com propostas e iniciativas concretas. Por outro lado consideramos que políticas fiscais de incentivo a um aumento de poder de compra dos nossos concidadãos é uma obrigação dos governantes municipais, particularmente num concelho como o de Guimarães onde o poder de compra é dos mais reduzidos. Para estes objetivos, entendemos ser decisiva uma discriminação positiva concedida aos cidadãos Vimaranenses em sede de IRS, como medida de estímulo à fixação de quadros, de incentivo ao aumento populacional, de fomento à migração e consequente instalação de novas famílias no nosso concelho, bem como de estímulo ao aumento do poder de compra. Razão pela qual, os vereadores do PSD-CDS votam **contra** esta proposta.” -----

**Pelas 11:30 horas chegou o Presidente da Câmara, que passou a presidir à reunião.** -----

**DOCUMENTOS PREVISIONAIS - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2017 - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - PLANO DE ATIVIDADES - ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA O ANO DE 2017. REGULAMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - MAPA DE PESSOAL 2017 - ORÇAMENTOS DAS ENTIDADES PARTICIPADAS** - Presente, em anexo, a proposta respeitante ao Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades e Orçamento da Câmara Municipal de Guimarães para o ano de 2017, Regulamento de Execução Orçamental e Orçamentos das Entidades Participadas, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DE ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Votaram contra os Vereadores André Coelho

Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Pelas 11:20 horas o Presidente da Câmara deu a palavra ao cidadão **Marcos Fernandes** que veio expor uma situação relativamente a um acidente rodoviário ocorrido no passado mês de janeiro, na Rua do Lameirão, freguesia de Ponte, de que resultaram prejuízos na sua viatura, perguntando quais os fundamentos da Câmara Municipal para abdicar da sua responsabilidade na medida em que o referido sinistro se deveu ao mau estado do piso. -----

O Presidente da Câmara explicou que a seguradora declinou responsabilidades estando em análise a possível assunção por parte da Câmara Municipal das despesas resultantes com o acidente ocorrido. -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

**PELAS ONZE HORAS E VINTE E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA.** -----